

## Índice

A ciência descobre a paternidade.....	1
Como uma minoria ativa altera o consenso social .....	2
“El fin de la banca” .....	3

### A ciência descobre a paternidade

Anna Machin, professora de Antropologia na Universidade de Oxford, conta numa [reportagem que lhe dedicou a “New Scientist”](#) (21.3.2018), o que descobriu quando teve o seu primeiro filho. O parto foi muito complicado, ela sofreu uma grande hemorragia e acabou na sala de emergências. Depois deram-lhe apoio para ultrapassar o trauma, mas ao seu marido não. Contudo, ela na realidade não viu nada; foi ele, que presenciou tudo, quem ficou traumatizado. Durante um ano, a mera recordação do parto perturbava-o visivelmente.

Isso levou Machin a efetuar uma investigação sobre a paternidade e a expô-la num livro, [“The Life of Dad: The making of the modern father”](#) (Simon & Schuster), publicado no ano passado. Grande parte da literatura científica sobre a matéria centrava-se nas consequências prejudiciais que tem para as crianças a ausência do pai. Ela queria realçar “o papel muito positivo que pode ter um pai”. Para isso recrutou homens que estavam próximos de vir a ter um filho, para os acompanhar desde três meses antes até seis meses depois do nascimento.

Em primeiro lugar, Machin pôde comprovar nos seus voluntários algumas descobertas recentes da neurobiologia que ainda são pouco conhecidas. Como as mães a seu modo, também os homens experimentam alterações fisiológicas devido à paternidade. Algumas acontecem durante a gravidez, pelo contacto com a mãe: nomeadamente, sobe-lhes o nível de oxitocina, a hormona que nas mulheres é libertada em abundância com o parto e a amamentação. Quando nasce o filho, o pai experimenta uma descida da testosterona, o que favorece o seu envolvimento com a criança.

Essas alterações influem na configuração do cérebro, diz à “Aceprensa” a Dra. Natalia López Moratalla, catedrática de Bioquímica. Desencadeiam-se no pai não por um vínculo biológico como o da mãe com o filho durante a gravidez, mas pela sua participação ativa nos cuidados com a criança.

“O desenvolvimento do cérebro nos pais devido à experiência da paternidade é proporcional ao tempo que passam com as crianças”, salienta a Dra. López Moratalla. Enquanto na mãe se produzem alterações cerebrais que reforçam sobretudo a empatia emocional, o característico da reorganização do cérebro paterno é que favorece a empatia cognitiva, a capacidade de compreender o ponto de vista ou o estado mental de outro. Já antes do nascimento, por exemplo, “se o pai tocar o intestino da mãe e perceber a criança, aumenta a oxitocina”; depois, “o contacto com a criança – dar-lhe banho, acariciá-la... – faz subir o nível desta hormona, que desenvolve a empatia cognitiva própria do homem”.

Essas descobertas levaram a novas abordagens sobre paternidade, que são as que destaca Machin. Antes, afirmava-se que os homens eram como atores externos no nascimento do filho, que “converter-se em pai não era um fenómeno biológico de todo”. Na realidade, provoca no homem uma especial ativação do neocórtex, que facilita a captação de situações sociais e a resolução de problemas. E aí Machin observa a contribuição peculiar do pai para a educação.

A mãe, pela maior ativação do sistema límbico na presença do filho, torna-se particularmente capaz de identificar os riscos e dar proteção. O pai, pelo seu lado, tem uma “contribuição única para o desenvolvimento da criança”, salienta Machin, concretamente no aspeto social, e especialmente a partir dos 2 anos.

As mudanças fisiológicas da paternidade podem ter efeitos secundários, como os que, por sua vez, experimentam as mães. É conhecido que entre 10 % e 20 % das mães sofrem de depressão em torno do parto.

Constata-se que os pais também a têm, embora numa frequência menor, cerca de 10 %. Isso provavelmente é devido à descida da testosterona, pois esta hormona estimula o ânimo e protege contra a depressão.

Por tudo isso, a professora de Oxford insiste em que a paternidade não deve ficar de facto relegada para um segundo plano. Com esse objetivo, recomenda que os pais se envolvam o mais possível já antes do nascimento do filho, e também que se organizem aulas de preparação só para eles, à semelhança das que existem para as mulheres que vão ser mães.

“São duas as pessoas que têm um filho, e as duas necessitam do devido reconhecimento”, conclui Machin. Nisso, as sociedades avançadas têm algo a aprender com aquelas que não o são tanto. “Damos muito pouco apoio ao pai e não temos os rituais que há em países não industrializados... para assinalar a entrada na paternidade e apoiar o pai. É um reconhecimento público de que a sua vida vai mudar”.

R. S.

## Como uma minoria ativa altera o consenso social

A própria evolução da sociedade prova que as maiorias não são fixas. Mas a opinião pública não muda sozinha. Exemplos como o clássico da [campanha para abolir a escravatura](#) mostram que poucos muito ativos podem convencer a maioria. Quatro investigadores das Universidades da Pensilvânia e de Londres afirmam ter descoberto a percentagem mínima de dissidentes necessária para produzir uma reviravolta.

Viu-se muitas vezes, dizem os autores, que “os esforços de uma pequena mas comprometida minoria podem fazer com que mudem normas sociais aparentemente estáveis”. Citam casos como a divisão de papéis por sexos no trabalho ou a atitude perante o tabaco ou a marijuana. Ao mesmo tempo, nem todas as minorias conseguem que as suas ideias floresçam.

Estas observações levaram a formular a “teoria da massa crítica”: se a minoria dissidente alcança uma certa dimensão, atinge-se um ponto de inflexão a partir do qual “se desen-

cadeia uma cascata de alterações de conduta que aumenta rapidamente a aceitação da posição minoritária”.

O [estudo, publicado na “Science”](#), calcula a dimensão da massa crítica através de um modelo experimental. Os investigadores distribuíram as pessoas em dez grupos com diversos números de membros, e fizeram-nos interagir *online* repetidamente até surgir um consenso geral em cada grupo. O assunto sobre o qual deviam definir-se era etiquetar imagens.

Obtida uma posição maioritária, introduziram em cada grupo alguns “conspiradores”, também em número maior ou menor, que procuraram mudá-la mediante novas interações. Conseguiram-no em cinco grupos onde eram pelo menos 25 %, e fracassaram nos outros, onde estavam em menor percentagem. Concretamente, a minoria de sucesso mais pequena era de 25 %, e a maior das perdedoras era de 21 %.

Conclusão: é necessária e suficiente uma minoria ativa de 25 %, aproximadamente, para alterar o sentir geral. A magnitude da massa crítica varia ligeiramente, em proporção inversa, com o comprimento do historial das interações que deram lugar ao consenso, ou seja: é necessária uma minoria maior se a posição maioritária tiver mais tradição. Em vez disso, a massa crítica não depende da dimensão da população: basta haver 25 % para mudar o consenso entre mil pessoas ou dez milhões.

Quando se consideram as mudanças de opinião pública, pensa-se espontaneamente em temas como a admissão de imigrantes ou o casamento homossexual. Mas os resultados da experiência, advertem os autores, não se aplicam automaticamente na vida real. Eles trabalharam com grupos e consensos artificiais; a matéria de consenso não tinha aspetos emotivos nem grande transcendência prática; para criar a maioria foram dadas recompensas económicas de modo a alcançar um acordo, o que não é um modelo exato da tendência humana à conformidade que opera nos fenómenos de opinião.

No conjunto da sociedade existem outras influências, além da ação de minorias comprometidas. É aquilo que há mais de quarenta anos analisou o economista norte-americano Anthony Downs num célebre [artigo para “The Public Interest”](#) sobre os assuntos que se apresentam como urgentes e reclamam resposta social, política, legislativa.

A tese de Downs é que a opinião pública não mantém a atenção centrada num tema durante muito tempo, mesmo se for algo duradouro e de grande importância: por exemplo, afirma, a pobreza, a desnutrição infantil ou os problemas ecológicos. A atenção segue um ciclo de aumento e declínio no qual Downs identifica cinco fases.

Na primeira, de “pré-crise”, o problema apenas preocupa uma minoria. Depois, a insistência de ativistas consegue que os meios de comunicação social lhes deem eco, e o público começa a interessar-se: é a segunda fase, de “descoberta, alarme e euforia”. Alarga-se a ideia de que “é necessário

resolver isto”, e os dirigentes políticos sentem-se obrigados a pronunciar-se e a prometer medidas. Devido ao desfasamento entre o começo do problema real e o do interesse público, sublinha Downs, não é raro que, quando a preocupação geral é máxima, a situação já não seja tão má como durante a fase de pré-crise.

Na fase seguinte, a euforia cede perante a persistência do problema e a comprovação de que não há soluções rápidas e de que as medidas têm um custo elevado. A seguir, surge o declínio do interesse público (quarta fase) e, por último, a fase “pós-crise”, na qual o assunto fica num “limbo”, fora dos focos, embora o interesse por ele possa conhecer “rebentos espasmódicos”.

No entanto, a situação já não é a mesma, pois desde a segunda fase foram criadas instituições e implementados planos que não resolveram o problema, mas trouxeram progressos. Para ilustrar isto, podemos citar, em vez dos exemplos mencionados no artigo de Downs, um atual: agora que ficou para trás o pico de atenção suscitado pelas alterações climáticas, observa-se que não diminuíram as emissões mundiais de gases com efeito de estufa, mas as fontes de energia limpas conheceram um forte impulso.

O “ciclo de atenção” proposto por Downs corrobora a capacidade de uma minoria ativa para ganhar a maioria. Mas indica simultaneamente que a minoria necessita dos meios de comunicação social para que o público ganhe consciência, sendo que, em geral, ele não tem presente espontaneamente o problema, porque o não experimenta de modo direto. Isto, segundo Downs, é uma causa essencial do ciclo que descreve: os meios de comunicação esforçam-se por captar a atenção da audiência e não podem mantê-la insistindo indefinidamente no mesmo tema, têm que alimentá-la com outros novos.

Portanto, uma mudança de opinião pode não ser suficiente para que haja uma alteração efetiva. Nas transformações sociais têm também influência as leis e políticas, outro fator ausente na experiência recentemente publicada. A opinião geral pode ser um catalisador ou uma desculpa: um governo não precisa que a maioria seja favorável, mas sim que não se oponha.

Em resumo, a relação entre as minorias comprometidas e as mudanças é complexa e difícil de determinar. Mas o estudo da massa crítica é válido para grupos específicos. Os autores mencionam os interligados em redes sociais. Uma minoria de 25 % poderia conseguir, por exemplo, que nos grupos de adolescentes deixasse de ser aceite o assédio. Em apoio desta ideia referem também a estratégia do governo chinês, que infiltra “conspiradores” nas comunidades digitais para dirigir a conversa para os temas que lhe interessam e afastá-la dos que não lhe convêm.

R. S.

## “El fin de la banca”

“The End of Banking”

Autor: Jonathan McMillan

Taurus. Barcelona (2018)

320 págs.

Tradução (castelhano):

María Luisa Rodríguez Tapia.

É de esperar outra crise financeira? Sim. Poderia ser evitada? Sim. Como? Com a configuração de um novo sistema financeiro no qual seria “irremediavelmente necessário” o desaparecimento da banca. Assim respondem a estas três perguntas, de modo direto e contundente, os autores deste livro, porque por detrás do pseudónimo “Jonathan McMillan” ocultam-se Jürg Müller, jornalista, doutor em Economia e redator no “Neue Zürcher Zeitung”, e “Jorge”, nome com o qual é chamado alguém em Espanha, enquanto profissional no ativo do mundo da banca que deseja permanecer no anonimato.

Este ensaio, como dizem os seus autores, surge da sua deceção com o que se escreveu sobre o papel da banca na crise financeira de 2007. Acham que as explicações apresentadas não chegaram ao fundo do problema. Dividem a sua análise em três partes, onde se abordam o funcionamento ordenado da banca na era industrial, o descontrolo gerado na era digital, e a apresentação de um novo sistema financeiro em resposta ao meio e contexto no qual nos encontramos.

Na era industrial, a regulamentação bancária permitia um controlo sobre o crédito e, em última análise, sobre a capacidade exclusiva da banca de gerar dinheiro. Mas a partir da década de 70 do século passado, com a irrupção e o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação que deram lugar à era digital, foram aparecendo novas formas de atividade e organização bancárias que dificultam ou evitam o funcionamento eficaz do quadro de regulação, gerando distorções na economia real. Por isso, os autores estimam que a atividade bancária está descontrolada.

Consequentemente, o sistema bancário converte-se num “projeto público-privado disfuncional, pois as instituições bancárias assumem riscos excessivos à procura de grandes lucros, sabendo que, se as coisas correrem mal, as perdas são assumidas pelos Estados”. Se a este comportamento se junta o facto das tecnologias disponíveis permitirem satisfazer as solicitações internas de liquidez, assim como aceder a financiamento para desenvolver projetos recorrendo a empréstimos entre particulares (P2P, *peer to peer*), a mercados

virtuais ou o uso de criptomoedas – como a [bitcoin](#) – a banca, concluem, perdeu a “sua razão de existir”.

Todavia, os autores consideram que, para “acabar com a banca”, é preciso redefinir o papel que no setor financeiro devem desempenhar o setor público e o privado. A intenção do ensaio é demonstrar ser possível um sistema financeiro sem que o protagonismo principal seja da banca, tal como aconteceu até hoje. Se considerássemos que através da proposta o consigam, ficaria por resolver um problema não menor: como abordar a inevitável transição. Os autores estão conscientes das dificuldades e riscos dessa fase, mas não entram nisso. O que parece inegável, na atividade bancária e na nossa interação com ela, é que o processo está em andamento.

L. B. M.

